

VIOLÊNCIA NO CAMPO: O CASO DE QUINTINO (1981-1985)

LETÍCIA LOPES FELIX¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – leticiafelix234@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo desse conflito parte do “Projeto de Pesquisa: O caso da JOSAPAR e a violação de direitos humanos de camponeses e camponesas na região do Guamá, Pará (1981-1985)”, que é regulamentado pelo Edital CAAF/UNIFESP para auxílio à Pesquisa do Projeto: “A Responsabilidade de Empresas por Violações de Direitos Durante a Ditadura”. É coordenado por Alessandra Gasparotto, doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, a qual foi responsável por minha seleção como bolsista atuante do projeto.

A proposta de pesquisa é parte de um esforço para contribuir no debate sobre os impactos da ditadura sobre as populações e áreas rurais brasileiras e para o avanço de políticas de justiça e reparação no campo. Assim, é necessário que se traga informações sobre os estudos de um dos casos mais famosos nesse período, que foi o conflito da Gleba Cidapar, que ocorreu nos municípios de Viseu, Ourém, Capitão Poço, Garrafão de Norte, Cachoeiras do Piriá, Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará, nos anos finais da ditadura.

Ao longo dos anos a empresa CIDAPAR foi conquistando os territórios ao redor dos municípios anteriormente citados, ora por compra, ora por dominação, arrematada em 1968 em leilão por Moacyr Pinheiro Fonseca, o projeto foi financiado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1968, além de adquirir empréstimos junto ao Banco Denasa de Investimentos S.A.(BDI). Posteriormente, o BDI se associou à S.A. Joaquim de Oliveira Participações, do Rio Grande do Sul – a JOSAPAR.

A partir de 1980, a JOSAPAR passou a ter 60% da participação acionária de ambas as empresas cujo interesse principal era a mineração, com o aumento da pressão militar após o golpe, a população camponesa foi sendo cada vez mais retraída por parte do empresariado, o que causou na década de 1980, período de abertura política no Brasil, uma série de confrontos pela apropriação da terra. Ferreira e Rodrigues (2021) afirmam que:

“O conflito na área em estudo nos revela claramente o antagonismo entre terra de trabalho e terra de negócio. Os posseiros apelam à justiça e reivindicam o direito à terra por usucapião como forma de proteção do Estado, ante o clima de violência provocado por grupos armados a serviço das empresas, compostos por jagunços e pistoleiros de aluguel com o objetivo de forçá-los a abandonar a área em litígio. A resistência dos posseiros faz surgir o “Grupo do Quintino” (FERREIRA; RODRIGUES, 2021, p. 2).

Segundo a documentação existente, o grupo começou a se organizar em fins de 1983, liderados por Quintino Silva Lira, essa resistência teve como estopim o assassinato do posseiro chamado “Bragança”, quando este tentou resistir à invasão de gado nas suas plantações de maniva, milho e arroz. Estimulado a vingar a morte do Quintino decidiu cavar uma trincheira e esperar os pistoleiros

que certamente voltariam pelas outras propriedades, eles foram recebidos à bala de chumbo de espingarda de caça. Os pistoleiros recuaram e obtiveram reforços de uma tropa de pistoleiros, mas Quintino já não estava sozinho; com o apoio de alguns vizinhos, reagiu. O fazendeiro, o gerente da fazenda e um pistoleiro foram mortos.

Após esse acontecimento, como passou a ser caçado pela polícia, Quintino adentrou a mata e passou a não ter mais paradeiro certo. Foi acolhido pelos posseiros, e de lavrador, tornou-se um “fora da lei” e ao mesmo tempo um “herói” para os pequenos trabalhadores rurais. Os membros de seu grupo ficaram conhecidos como “gatilheiros” e, segundo ele, poderia chegar até 200 membros, juntando lavradores perseguidos e torturados, gente que teve seus lotes invadidos ou ameaçados e parentes de pessoas mortas na luta (FERREIRA; RODRIGUES, 2021, p. 9-10).

Os danos causados contra a população de Viseu refletem no conflito entre os gatilheiros e as autoridades, é notável que a perseguição de Quintino era uma prioridade para os interesses privados na época, sua figura era lendária entre a população, e trazia uma chance de revolta para os moradores que viviam sendo oprimidos e violentados, seu assassinato pela Polícia Militar em 1985 trouxe diversas manifestações por parte de autoridades e camponeses.

2. METODOLOGIA

De acordo com Cunha (2000) a bibliografia acadêmica que segue a temática de conflitos de campo tem, muitas vezes nas áreas de humanas, classificado a atuação direta de grupos sociais no campo como “banditismo social” ou “movimentos sociais camponeses” (CUNHA, 2000, p.4). A pesquisa relacionada ao caso do gatilheiro Quintino é um estudo de caso, onde dedica-se à verificação intensa de situações do passado, que possam ser associadas a situações presentes, em relação a uma ou algumas unidades sociais, nesse caso em evidência cita-se a violência contra camponesa por parte do empresariado e militares.

A pesquisa é desenvolvida a partir da coleta de dados em diferentes fontes documentais; entre elas estão presentes fontes de imprensa do Pará produzidas durante o período, especialmente matérias jornalísticas escritas por Paulo Ferreira, um jornalista que foi responsável pelas duas entrevistas concedidas pelo gatilheiro Quintino, além de ter sido responsável pela redação de muitos dos documentos utilizados para a pesquisa; além disso, o projeto tem acesso a notas redigidas pelos próprios moradores da região, enviadas aos representantes do estado e documentos da CPT. A comprovação documental serve para que se tenha um indicador das violências cometidas contra os camponeses nesse período de confronto

Para esses estudos dos acontecimentos nesse período é necessário realizar uma pesquisa a partir de diferentes acervos, abordados recentemente estão os numerosos recortes de matérias jornalísticas de diversos jornais de circulação regional e nacional (O Liberal, A Província do Pará, Jornal Resistência, O Estado do Pará, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo etc).

Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas começaram a ser utilizados como fontes historiográficas a partir da terceira geração dos Annales, nas últimas décadas os estudos dos periódicos têm contribuído para uma renovação da historiografia política e econômica da História do Brasil. Leite (2015) afirma que:

“De fontes suspeitas e repositórios da verdade, a imprensa gradativamente passou a ocupar atualmente um

papel central na historiografia contemporânea, sendo reconhecida como uma fonte importante para o conhecimento das sociedades do passado e como uma força ativa dentro dos processos e conjunturas ao qual esteve inserida.” (LEITE, 2015, p.14).

Os jornais também se tornaram importantes fontes de pesquisa para o conhecimento das sociedades do passado e considerados agentes participantes no interior dos processos em que atuam. Essas fontes são adequadas para se entender a forma como o conflito foi abordado pela grande mídia, bem como se aproximar da figura de Quintino através das entrevistas concedidas por ele.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A JOSAPAR tinha uma grande responsabilidade pelo conflito que se sucedeu na região da Gleba, a empresa vinha proibindo a exploração das terras desde 1981, controlando as lavouras, rios, matas, garimpos e núcleos urbanos. Nessa fase a empresa intensificou o nível de sua repressão sobre os posseiros, que tomaram a decisão de empreender a luta armada através de grupos organizados, ao mesmo tempo que desenvolveram ações de massa (CUNHA, 2000, p. 174).

É nesse contexto de disputa que a figura de Quintino ganha destaque, sua primeira referência, em jornal, acontece no dia 10 de dezembro de 1983, após um ataque aos trabalhadores da Cidapar, onde o diretor o acusa de ser “[...] um homicida perigoso que possivelmente estaria por trás dos acontecimentos do dia 29” (O Liberal, 10.12.1983, p. 8, apud CUNHA, 2000, p. 189). De acordo com Souza (2019):

“A fase de maior visibilidade nacional do conflito foi entre 1983/1985, quando as massas rurais tomaram a decisão da ofensiva armada ampla, sob a liderança de dois nativos, Abel e Quintino, tendo como bandeiras de luta a contestação da legitimidade e da legalidade do Estado, a luta por direitos e a execução da reforma agrária, priorizando o pequeno proprietário” (SOUSA, 2019, p. 125). Após isso, algumas mídias são rápidas para condenar as ações de Quintino, usando-se de vários adjetivos como “autor de vários crimes” e “bandido”, em uma tentativa de instaurar o medo e a suspeita na população (O Liberal, 26.07.1984, p. 2, apud CUNHA, 2000, p. 189).

Em resposta a isso são divulgadas entrevistas concedidas por Quintino ao jornal O Liberal, nelas a figura que seria considerada um herói por muitos camponeses do Estado do Pará, confessa: “fiz várias mortes em defesa das colônias, que se encontravam oprimidas, sacrificadas. E o povo judiado pela polícia e pelos grileiros” (O LIBERAL, 24.11.1984). Assim, é possível notar que embora tenha cometido algumas ações que justificariam as tentativas de prisão, o ex-lavoureiro considerava que seus objetivos eram nobres, e autenticados como um tipo de resposta a violência sofrida pelos camponeses.

O conflito agrário foi exacerbado pela violência, a Polícia Militar, após inúmeras tentativas de capturar o Gatilheiro, estava desacreditada pela população. Como consequência disso, essa violência se tornou legalizada e uma questão de “honra” para o Estado, pois acabar com a vida e com a memória de Quintino Lira era necessário, até mesmo para que também desaparecesse o mito (SOUSA, 2019).

4. CONCLUSÕES

Mediante a realização da pesquisa, busca-se contribuir para revelar-se o silenciamento e a negação associados pelos órgãos nacionais a violência sofrida durante o período ditatorial. A partir da posição de Quintino é possível notar as reações do campesinato em relação aos efeitos da opressão do empresariado e das autoridades, e como a mídia trabalhava para transformar os atos de resposta dos oprimidos em algo negativo.

Esse estudo também serve como uma contribuição para os confrontos de campo, de acordo com Cunha (2000) “esta fase do conflito fundiário, mostra como, aos trabalhadores, são negadas as liberdades civis; ou como estes são vistos sob a ótica do perigo comunista; ou, ainda, considerados como vagabundos” (CUNHA, 2000, p. 78). Esses atos violentos, tanto a imagem dos camponeses quanto a suas vidas, ocorriam de maneira sistemática, de acordo com pesquisadores da área, pois a repressão aos camponeses e militantes da luta pela terra, deveu-se em boa parte à associação construída no pré-golpe, e reforçada com a implementação do governo ditatorial, entre reforma agrária e “comunismo” (GASPAROTTO; TELÓ, 2021).

Esse imaginário é usado no presente como uma forma de desvalorizar os movimentos que buscam uma reforma agrária no país. É importante que a trajetória da população camponesa receba uma maior visibilidade, ou corre-se o risco de que continue-se sendo propagada as características negativas que foram atreladas durante o período ditatorial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira. **BANDITISMO SOCIAL: POLÍTICA E UTOPIA (A sociedade da penumbra, banditismo social e política nos sertões da Amazônia)**. Brasil, 2000.

DE SOUSA, Juliana Patrizia Saldanha. **NARRATIVAS FANTÁSTICAS E LENDÁRIAS DE QUINTINO LIRA NO NORDESTE PARANENSE, AMAZÔNIA BRASILEIRA**. Brasil, 2019.

FERREIRA, P. R. F; RODRIGUES, V. N. R. O GATILHEIRO QUINTINO E A RESISTÊNCIA À GRILAGEM NA REGIÃO DO GUAMÁ (1983-1985). [s.l] p. 01-20, 2021

GASPAROTTO, A; TELÓ, F. Movimentos de Luta pela Terra e repressão a camponeses durante a ditadura civil-militar no Brasil: reflexões sobre história, memória e justiça de transição. In: Gallo, A. C. **Nas trincheiras da memória**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. Cap.2, p. 277-301.

LEITE, C. H. TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. **ESCRITAS** Vol. 7 n.1 ISSN 2238-7188 p. 3-17, 2015.